

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.250 - MS (2019/0331850-0)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : CARLOS EDUARDO WEBER**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO TRANSNACIONAL DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. REFAZIMENTO.*

*1. O cumprimento da decisão do Superior Tribunal de Justiça (AREsp nº 1.153.549/MS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca) limita-se ao refazimento da dosimetria da pena, especificamente quanto à Lei nº 11.343/2006, em relação à qual foi determinada a aplicação da causa de diminuição prevista no seu art. 33, § 4º.*

*2. Na terceira fase da dosimetria, aplica-se a causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. O réu já fora condenado, com transito em julgado para a acusação, pela prática de delitos dessa espécie cometidos em 06.05.2006 e 07.09.2007. No entanto, esses elementos não podem afastar a aplicação do benefício, pois derivam de fatos posteriores ao delito em exame. Precedentes do STJ.*

*3. Redução fixada em 1/6 (um sexto), pois a conduta praticada pelo réu foi inequivocamente relevante na execução do delito e gerou a prisão de pessoas, em tese, inocentes. Pena definitivamente fixada em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa.*

*4. Tendo em vista as circunstâncias do caso concreto, mesmo considerando-se a causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, a pena fica mantida em 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 18 (dezoito) dias-multa, no valor unitário mínimo legal. (e-STJ fl. 1.112)*

A defesa aponta a violação do art. 33, § 4º, da Lei n.

11.343/2006, alegando, em síntese, que o recorrente preenche os requisitos para que seja aplicada a fração máxima pelo reconhecimento do tráfico privilegiado, quais sejam: primariedade, bons antecedentes e não dedicação à atividade criminosa.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.137/1.149

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso às e-STJ fls. 1.183/1.197.

É o relatório. Decido.

A irresignação não prospera.

Os elementos existentes nos autos informam que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, refazendo a dosimetria da pena por ordem deste Tribunal, fixou a pena do recorrente em 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão pelo cometimento do crime do art. 33 da Lei n. 11.343/06.

A defesa se insurge contra a fração de 1/6 (um sexto) utilizada pelo reconhecimento do redutor descrito no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, alegando que o recorrente preenche os requisitos para que seja adotada a fração máxima.

Ocorre que não pode esta Corte Superior, que não constitui instância revisora, proceder à alteração da fração aplicada a título de causa de diminuição de pena, nos termos do artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, nem da causa de aumento prevista no artigo 40, inciso I, do mesmo diploma normativo, seja para majorá-las, seja para reduzi-las, sem revolver o acervo fático-probatório. Incidência da Súmula n. 7/Superior Tribunal de Justiça (ut, AgRg no REsp 1371371/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 25/9/2013).

Ainda nessa linha:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006. MINORANTE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DA DROGA. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PERCENTUAL DE REDUÇÃO DE PENA. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Se o Tribunal a quo, com base na quantidade e diversidade da droga, afasta a minorante no seu patamar máximo, rever tal entendimento implicaria o reexame de provas, a incidir o enunciado da Súmula 7/STJ.*

*2. A natureza, a variedade e a quantidade da droga constituem fundamento idôneo para justificar a fixação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em patamar inferior ao máximo legal.*

*3. Agravo regimental desprovido. (AgInt no AREsp 875.951/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 10/08/2016)*

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. ART. 33, § 4.º, DA LEI N. 11.343/2006. REDIMENSIONAMENTO DA FRAÇÃO APLICADA. IMPOSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.*

*O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal - quantum de aplicação da minorante do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, e requisitos subjetivos para a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos - exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula n. 7/STJ).*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 666.927/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 24/6/2016).*

Ademais, importante assinalar que o legislador não delimitou parâmetros para a redução da pena pela causa de diminuição prevista na Lei de Drogas, de forma que o *quantum* de diminuição fica adstrito ao prudente arbítrio do julgador, que deve observar o princípio do livre convencimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

motivado, como *in casu*, no qual a fração de 1/6 (um sexto) foi utilizada em razão da relevância da conduta do recorrente na execução do delito gerando, inclusive, a prisão de pessoas, em tese, inocentes.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, II, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator